

Patronato, liderança e conflito na República: a relação de César e Otávio com os veteranos (64-27 a.C.)

Patronage, Leadership, and Conflict in the Republic: The Relationship of Caesar and Octavian with Veterans (64-27 BC)

Ayla Fernanda de Oliveira*

Resumo: Neste artigo, nos propomos a analisar o papel dos veteranos, entre 64 e 27 a.C., ou seja, nas últimas décadas da República, como um grupo de apoio a Júlio César e Otávio. Durante esse período, os veteranos emergiram como uma força significativa, sendo rapidamente cooptados por esses líderes, que viam neles um recurso para desafiar a política senatorial. Em troca de seu apoio, os veteranos exigiam benefícios materiais, consolidando uma relação de patronato e clientela. Esse vínculo não só caracterizou sua atuação, como, também, contribuiu para as profundas transformações sociais que marcaram a crise republicana.

Abstract: In this article, we aim to analyze the role of veterans between 64 and 27 BC, in the final decades of the Republic, as a support group for Julius Caesar and Octavian. During this period, the veterans emerged as a significant force, quickly co-opted by these leaders, who saw in them a resource to challenge the senatorial politics. In exchange for their support, the veterans demanded material benefits, consolidating a patronage-client relationship. This bond not only characterized their actions but also contributed to the profound social transformations that marked the Republican crisis.

Palavras-chave:

República;
conflito;
veteranos;
Júlio César;
Otávio.

Keywords:

Republic;
conflict;
veterans;
Julius Caesar;
Octavian.

Recebido em: 16/11/2024
Aprovado em: 02/12/2024

* Mestre em História pela Universidade Federal do Espírito Santo. Membro do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (Leir/ES).

Introdução

Após a Segunda Guerra Púnica (218-201 a.C.), marcada pelas campanhas contra Aníbal, houve significativas mudanças nas legiões romanas, levando a uma crise de recrutamento e à subsequente profissionalização do exército. A longo prazo, esses eventos intensificaram a dependência dos veteranos em relação aos generais, sobretudo visando ao assentamento, além de promoverem a formação de uma identidade coletiva entre os legionários, o que resultou em diversos motins no período final da República. Esses soldados passaram a demandar melhores condições materiais de seus comandantes, estabelecendo uma relação de lealdade pessoal, baseada no patronato, em detrimento das antigas estruturas republicanas.

O processo de patronato coletivo, em que um líder político se coloca como patrono de um grupo, teve início, ao que tudo indica, a partir da atuação de generais como Mário e Sula. Com a profissionalização do exército, esses líderes passaram a utilizar sua influência política e militar para promover o assentamento dos seus veteranos. Esse movimento intensificou-se com Júlio César, que consolidou suas tropas de veteranos leais, especialmente aquelas das campanhas nas Gálias, e culminou em Otávio. Ao assegurar o apoio dos veteranos de César e formar suas próprias tropas, oferecendo amplos benefícios e promovendo diversos assentamentos, Otávio fortaleceu sua legitimidade política e estabeleceu-se como *princeps*. Portanto, neste artigo, buscamos analisar a relação de patronato de César e Otávio com seus veteranos, entre 64 e 27 a.C., de modo a evidenciar em que medida os veteranos se configuraram como importantes agentes políticos no período de crise republicana e consolidação do Principado.

Para compreender essa relação, é necessário analisar o exército romano e suas transformações no final da República, além da importância do assentamento na terra para os legionários. No século II a.C., durante o serviço militar, um legionário recebia um denário a cada três dias, o que era suficiente para cobrir despesas básicas, porém, incapaz de sustentar o soldado e sua família. Assim, o legionário comum recebia um pagamento inferior ao salário de um trabalhador não qualificado, que ganhava, em média, 12 asses por dia (equivalentes a 432 denários por ano). Essa diferença reflete a natureza do serviço militar romano, considerado uma obrigação cívica e não uma atividade lucrativa (Fields, 2007, p. 26). Portanto, grande parte do incentivo para participar das campanhas estava no butim e na possibilidade de assentamento. A escolha de investir no aparato militar e expandir o território era motivada pelos benefícios que as guerras bem-sucedidas traziam a diferentes segmentos da sociedade romana. Dessa maneira, a ordem senatorial dependia das campanhas para aumentar seu prestígio, enquanto as camadas menos

abastadas obtinham recompensas materiais na forma de saques e terras distribuídas pelo Senado após os conflitos. Com sua habilidade em mobilizar diversos grupos para as legiões, Roma demonstrava grande eficiência em reconstituir suas forças, mesmo após sofrer perdas significativas.

No período transcorrido entre a conquista da Península Itálica e a Primeira Guerra Púnica, os cidadãos provavelmente eram incentivados a alistar-se no exército pela perspectiva de butim e de serem assentados em novas terras. Apesar das perdas enfrentadas pela infantaria leve, qualquer espólio obtido era vantajoso, pois esses legionários necessitavam de pouco retorno para compensar o investimento em seu equipamento. Dessa forma, o serviço militar oferecia aos cidadãos menos abastados a chance de participar da distribuição dos espólios de guerra, ascendendo nos *comitia centuriata*. Isso significa que a disposição dos cidadãos para integrar operações militares não se baseava apenas em critérios políticos, mas, também, em cálculos de custo-benefício e risco-recompensa. Entretanto, essa realidade sofreu mudanças em 218 a.C., com o início das guerras de conquista na Península Ibérica e os graves desafios enfrentados pelas legiões romanas ao combaterem tanto as tribos locais quanto o exército cartaginês.

A Península Ibérica era habitada por lusitanos, ibéricos e celtiberos, povos organizados em tribos ou comunidades fortificadas. Durante os conflitos, Roma precisou não apenas enfrentar essas tribos guerreiras, mas também competir por sua lealdade para sustentar o esforço de guerra. Mesmo após o término dos conflitos com Aníbal, Roma continuou a enfrentar obstáculos para estabelecer colônias na Península, lidando com a resistência das comunidades locais (Goldsworthy, 2003). As campanhas prolongadas da Segunda Guerra Púnica e o esforço contínuo na Península Ibérica produziram diversos efeitos na cidade de Roma, incluindo o empobrecimento dos camponeses e o aumento da migração para a *Urbs*. Os espólios das campanhas deveriam subsidiar os custos da guerra e gerar lucros com recompensas que incluíam dinheiro, objetos de arte e, sobretudo, terras confiscadas de inimigos derrotados, que passavam a integrar o patrimônio da República sob a denominação de *ager publicus*. A distribuição de terras era a principal estratégia de Roma para lidar com seus problemas sociais, assentando camponeses despossuídos em novas colônias e, assim, evitando a necessidade de uma reforma agrária mais ampla. Do século IV a.C. até meados do século II a.C., o modelo de assentamento foi caracterizado por preocupações estratégicas. O principal objetivo era consolidar as conquistas romanas, garantindo o domínio sobre os territórios ocupados e estabelecendo cidadãos nas colônias, para prevenir possíveis revoltas locais e amenizar os problemas sociais de Roma.

No período posterior à Segunda Guerra Púnica, os romanos reforçaram as colônias de cidadãos já existentes e estabeleceram novos assentamentos. Contudo, a partir de 173 a.C., o Senado interrompeu a distribuição de terras provenientes de conquistas e, após 170 a.C., não há registros de projetos coloniais por, pelo menos, 50 anos. Uma explicação plausível é a ausência de necessidade militar para a criação de novas colônias, já que a pacificação da Península Itálica eliminava a urgência de colonização para o controle das regiões submetidas e, com a retomada da atividade militar no Vale do Pó e a conquista bem-sucedida da região, os motivos estratégicos imediatos para a colonização tornaram-se obsoletos. Além disso, a crescente competição entre membros da elite, no século II a.C., também pode ter influenciado essa mudança. Os senadores temiam que rivais, ao liderarem o processo de assentamentos, adquirissem colônias inteiras de clientes,¹ o que restringiu o uso de terras confiscadas como espólio. Dessa forma, nas campanhas na Ásia Menor e na Grécia, por exemplo, a expansão do *ager publicus* foi limitada, pois confiscar terras sem fundar colônias era pouco vantajoso. Os senadores optaram por métodos alternativos de exploração, como a imposição de indenizações e a tributação permanente, que geraram grandes lucros para a elite, e a baixo custo. No início do século II a.C., é possível que os senadores acreditassem que já havia *assidui* suficientes, já que muitos cidadãos empobrecidos haviam sido assentados após a Segunda Guerra Púnica. Entretanto, o crescimento populacional e o avanço da agricultura comercial ao longo do século intensificaram a competição por terras, especialmente na Itália Central. Essa situação resultou em uma insuficiência de terras disponíveis, perda de propriedades por inadimplência e endividamento crescente. Os *assidui* foram os primeiros a sofrer os impactos dessa crise (Roselaar, 2020, p. 208). Para os cidadãos menos favorecidos, o assentamento em terras públicas era essencial para manter o critério mínimo de terras necessário para o recrutamento, ou seja, a sua elegibilidade para servir nas legiões.

Em meados do século II a.C., o debate sobre o *ager publicus* foi reacendido, atingindo seu ápice em 133 a.C., quando Tibério Graco propôs sua reforma agrária. O esquema ocasional de distribuição de terras funcionava como um paliativo para o problema estrutural da escassez de terras para os mais pobres. Assim, a possibilidade de assentamento em colônias tornou-se um dos principais incentivos para a plebe

¹ No sistema de patronato e clientela, o patrono oferecia proteção, assistência jurídica, acesso a recursos e outros benefícios a indivíduos ou comunidades que se tornavam seus clientes. Em contrapartida, os clientes deviam lealdade, apoio político, serviços e respeito ao patrono. Essa relação influenciava diversos aspectos da vida social, política e econômica, funcionando como um elo entre os cidadãos menos abastados e as elites (Wallace-Hadrill, 1990). Em determinadas situações, magistrados que fundavam colônias assumiam o papel de patronos dos indivíduos assentados. Por uma lógica de reciprocidade, os colonos deviam apoio político ao patrono, o que poderia resultar em muitos eleitores para o líder político, facilitando seu acesso às magistraturas.

alistar-se nas legiões e participar das campanhas (Coles, 2020, p. 46). A ausência de uma distribuição sistemática resultava no empobrecimento crescente dos camponeses, que, na tentativa de preservar suas propriedades, acabavam se endividando ou integrando as massas de sem-terra na cidade. Em paralelo à suspensão dos assentamentos, a Península Ibérica ainda estava em processo de conquista entre 218 e 133 a.C. Apesar de Roma ter garantido o controle do território ao final da Segunda Guerra Púnica (218-201 a.C.), levou quase um século para pacificá-lo completamente. Enfrentando um inimigo que utilizava táticas adaptadas ao terreno, os romanos não conseguiram alcançar uma vitória decisiva, apesar das campanhas frequentes. Servir nas campanhas da Hispânia era pouco atrativo, já que o *stipendium* recebido pelos soldados era insuficiente. Após a dedução dos custos com equipamento, vestimentas e alimentação, restava-lhes muito pouco para levar de volta para casa. Além disso, nem os comandantes nem o Senado ofereciam qualquer recompensa financeira ao término do serviço militar (Cagniard, 2007, p. 81). Nessas condições, a motivação das tropas ficava severamente comprometida. Esse contexto provocou uma grave crise de recrutamento, uma vez que muitos cidadãos não conseguiam atingir o requisito mínimo de propriedade exigido pelo censo para integrar as legiões. Além disso, a falta de *butim* retirava um dos principais incentivos para o alistamento.

Dessa maneira, vimos que o assentamento desempenhava um papel crucial para os legionários, servindo como recompensa por sua participação nos conflitos. Contudo, esse benefício tornou-se escasso até o final do século II a.C. Esse contexto deu ensejo a uma nova prática de distribuição de terras, promovida diretamente pelos generais, e a participação na fundação desses assentamentos era vista como uma continuidade do serviço militar. A República esperava que os colonos permanecessem em serviço ativo, e a distribuição de terras nas colônias seguia a posição do indivíduo no exército, o que resultava na criação de uma hierarquia social imediata, baseada em critérios militares. Nesse contexto, a importância estratégica de manter fronteiras perdeu destaque, enquanto alguns líderes políticos passaram a utilizar sua influência para realizar assentamentos independentemente de aprovação prévia do Senado. Esse comportamento pode ser exemplificado, sobretudo, por Mário e Sula, que abriram caminho para a abordagem adotada posteriormente por Júlio César e Otávio no assentamento de seus veteranos.

Mário foi um general reconhecido por suas reformas militares e por ter sido eleito cônsul em diversas ocasiões, entre 107 e 86 a.C. Sua eleição como cônsul, em 107 a.C., foi impulsionada pela crescente reputação militar e pelo apoio da plebe, que o via como o líder adequado para conduzir a guerra contra Jugurta, rei da Numídia, e, posteriormente, contra as tribos germânicas. Mário também consolidou reformas que possibilitaram que

os *proletarii* fossem recrutados para as campanhas,² rompendo o vínculo tradicional entre propriedade fundiária e alistamento nas legiões. A decisão de Mário de recrutar cidadãos que não cumpriam o requisito de propriedade resultou, a longo prazo, na continuidade das legiões, mesmo após a dispensa dos soldados do serviço ativo. Isso transformou a legião em uma organização permanente, permitindo a incorporação de novos recrutas, mantendo-se o nome e número de matrícula. Além disso, soldados que passaram a encarar o exército como uma carreira começaram a se identificar com suas legiões. Além das reformas militares, Mário se aliou aos tribunos da plebe para propor e aprovar leis agrárias com o intuito de distribuir terras da África e das Gálias aos seus veteranos (Apiano, *Bella Civilia*, I, 4, 28).³

O enfoque dado pelos generais ao exército foi intensificado por Sula, que, ao retornar a Roma, em 82 a.C., e ser nomeado ditador pela *Lex Valeria*, adotou uma série de medidas para implementar suas reformas e assegurar a distribuição de terras aos seus veteranos. As cidades da Península Itálica que haviam apoiado Mário foram severamente punidas com confiscos territoriais,⁴ que foram destinados ao assentamento dos veteranos. Ele puniu várias dessas cidades, impondo multas e exigindo pesadas contribuições. Além disso, fundou colônias com seus veteranos, a fim de manter o controle sobre a Itália, confiscando terras e propriedades dos aliados e redistribuindo-as entre suas legiões, garantindo lealdade mesmo após sua morte (App., *B Civ.*, I, 11, 96). Sula foi o primeiro a estabelecer colônias e distribuir terras por toda a Península Itálica sem a aprovação prévia do Senado. Essa prática foi subsequentemente adotada por outros generais, como César e Otávio.

² Os *proletarii*, ou *capite censi*, como passaram a ser chamados após Mário, eram indivíduos sem propriedade fundiária, incapazes de arcar com os custos da panóplia, o que, na prática, os excluía do exército (Campbell, 1994, p. 4).

³ Entre 103 e 100 a.C., Mário contou com o apoio do tribuno Apuleio Saturnino, que teve um papel importante em suas iniciativas políticas. No ano 100 a.C., muitos veteranos, após longos períodos de serviço sob o comando de Mário, enfrentavam dificuldades após a dispensa. Nesse contexto, Mário e Apuleio uniram esforços para aprovar uma lei que distribuía as terras conquistadas na África aos veteranos, apesar da oposição do Senado. No mesmo ano, eles se aliaram, novamente, desta vez para implementar uma nova lei, que tratava da redistribuição das terras das campanhas germânicas de Mário (App., *B Civ.*, I, 4).

⁴ No final da República, Sula e Mário engajaram em alguns conflitos que levaram à Primeira Guerra Civil (88-82 a.C.). O confronto entre os dois se intensificou em 88 a.C., quando Sula foi nomeado para liderar a guerra contra Mitrídates, mas sua autoridade foi contestada por Mário, que, com o apoio de Sulpício Rufo, conseguiu transferir o comando para si. Esse ato desencadeou uma série de enfrentamentos, nos quais Sula, ao retornar à Itália, reuniu suas legiões, marchou sobre Roma e derrotou os aliados de Mário. Após o controle de Roma, Sula passou a implementar reformas que reforçavam o poder do Senado, ao mesmo tempo que limitavam a autoridade dos tribunos da plebe (Cagniat, 1991).

César, as demandas dos legionários e os motins

Como consequência, os generais assumiram a responsabilidade pela distribuição de terras, enquanto as legiões começaram a desenvolver um senso de identidade e coesão, resultado dos anos que passaram juntas nas mesmas formações. As necessidades e demandas dos soldados, em grande parte, eram semelhantes, abrangendo questões como o assentamento em terras, a distribuição de recursos financeiros e a dispensa do serviço militar. Esse contexto, aliado à instabilidade do período das Guerras Civis, no final da República, favoreceu a ocorrência de, aproximadamente, 76 episódios de indisciplina coletiva e individual nas legiões, entre 91 e 30 a.C. De fato, quando os soldados não eram ouvidos nas *contiones*,⁵ suas exigências não eram atendidas, e, quando não eram dispensados no tempo devido, não recebiam o soldo ou não tinham garantias de serem assentados. Tais condições frequentemente resultavam em motins.

César enfrentou dois episódios significativos que colocaram sua liderança em questão, ambos tendo levado a grandes motins. O primeiro ocorreu em 49 a.C., em Placência, quando as legiões, lideradas pela IX Legião, se rebelaram devido à falta de pagamento e às precárias condições de vida (App., *B Civ.*, II, 7, 47). O segundo episódio, em 47 a.C., envolveu as tropas estacionadas na Campânia, que expressaram insatisfação com a ausência de pagamentos e a demora na dispensa, problemas já manifestados no motim anterior (Suetônio, *Divus Iulius*, 70).

Em 49 a.C., César, acompanhado por três legiões gaulesas e seus veteranos, deslocou-se de Massília para Placência (Suet., *Iul.*, 69), onde convocou uma *contio* com seus legionários, reunindo tanto os homens amotinados quanto aqueles que permaneceram leais. Durante o encontro, as legiões protestaram contra seus oficiais, acusando-os de prolongar a guerra e de não cumprir as promessas de *donativas* feitas por César enquanto ainda estavam em Brundísio. Apesar das reivindicações, César ignorou as demandas apresentadas e pronunciou um discurso perante os soldados (App., *B Civ.*, II, 7, 47). Inicialmente, ele buscou desmobilizar a IX Legião, mas decidiu executar os líderes do motim. Essa ação foi viabilizada pelo apoio que recebia de parte de seus veteranos, especialmente das três legiões que haviam vindo com ele de Massília, e pela confiança de que ainda contava com a fidelidade da maioria de suas tropas. No entanto, os

⁵ As *contiones* eram reuniões convocadas por magistrados romanos com o propósito de avaliar a aceitação de temas ou propostas que seriam posteriormente votados pelos *comitia tributa*. Essas assembleias, diferentes de comícios formais, ofereciam uma maior flexibilidade, permitindo que o magistrado responsável decidisse, de acordo com a situação, se seria estratégico convocar um comício oficial logo após a *contio*. Assim, as *contiones* funcionavam como um mecanismo preliminar para medir o apoio popular e avaliar os interesses envolvidos antes de formalizar a votação em um ambiente mais estruturado (Rosillo-López, 2017).

problemas que causaram o motim, como a falta de dispensa e o não pagamento do soldo, permaneceram sem solução. Embora os conflitos nas Gálias tivessem sido encerrados dois anos antes, as legiões veteranas de César permaneciam em constante atividade, incluindo operações em regiões de difícil acesso na Hispânia. Além disso, desde as campanhas nas Gálias, as tropas enfrentavam doenças e escassez de víveres, problemas que continuaram sem solução. Esse cenário alimentou um motim ainda mais grave do que o ocorrido em 49 a.C., intensificado pelo prolongado tempo de serviço, pela intensidade das campanhas e pelas extensas distâncias percorridas pelos legionários.

Em 47 a.C., diante da revolta da X Legião, em Roma, cujos membros exigiam dispensa e recompensas, ameaçando a segurança da cidade, César foi obrigado a confrontar os amotinados diretamente. Na ausência de outras legiões para apoiá-lo, ele se viu forçado a fazer concessões. Esse episódio é ainda mais significativo do que o motim de 49 a.C., pois César enfrentou os revoltosos sem proteção e teve de persuadi-los a embarcar em uma nova campanha na África,⁶ apesar de seu evidente descontentamento (Suet., *Iul.*, 70). A maioria dessas legiões foi recrutada nas Gálias, o que aponta para uma origem comum no norte da Itália, na Gália Cisalpina e na Gália Transalpina. Essa origem compartilhada, aliada aos anos de combates, conferiu aos legionários um forte senso de unidade e uma clara percepção de seus próprios interesses (Chrissanthos, 2001). Dessa maneira, sabendo de seu valor para César no contexto dos conflitos com Pompeu, os legionários perceberam a oportunidade de expressar suas reivindicações. Entre os problemas que precederam o motim, destacava-se a discordância quanto à duração do serviço militar. Sendo assim, a insatisfação dos soldados estava vinculada ao descumprimento das promessas feitas aos veteranos após a batalha de Farsalos, que incluíam a concessão de terras e outras recompensas. Além disso, os soldados foram mantidos em serviço por um período superior ao estabelecido por lei, o que gerou grande descontentamento e representou uma ameaça à estabilidade da liderança de César (App., *B Civ.*, II, 92).

As legiões que iniciaram o motim, na Campânia, haviam servido a César por um longo período, enfrentando diversos conflitos e condições adversas. Em nosso levantamento, as Legiões VII, IX, X, VIII, XI, V, XII, XIV e XIII atuaram nas Gálias; as Legiões VII, IX, X, XI, V, e XIV atuaram na Hispânia; e as Legiões VII, IX, X, VIII, XI, XII, XIII, V e XIV atuaram na Grécia. As Legiões VIII, XII e XIII também serviram na Península Itálica. Dessa forma, uma parcela significativa dos legionários de César era composta por veteranos

⁶ César ainda planejava conduzir campanhas em Alexandria. As legiões que concordaram em continuar as operações militares foram enviadas para a região, onde participaram de uma série de batalhas durante o Cerco de Alexandria, ocorrido em 47 a.C. Em agosto do mesmo ano, no Ponto, enfrentaram Fárnaces II e triunfaram em Zela. Após estabilizar o controle sobre o Oriente, César finalmente retornou à Itália (App., *B Civ.*, II, 13).

de longa data, que participaram de várias campanhas sob condições difíceis. Podemos observar que algumas legiões estiveram presentes em quase todos os conflitos, e, além das numerosas campanhas, as legiões veteranas já se encontravam seriamente desfalcadas. César (*Bellum Civile*, III, 2, 3) relata que as tropas enfrentaram um número significativo de perdas durante suas longas jornadas. Os elevados índices de baixas nas Gálias, resultado de intensos combates e condições adversas, contribuíram para o esvaziamento dos efetivos. Além disso, a árdua travessia da Hispânia, marcada por um terreno desafiador e o desgaste contínuo das legiões, reduziu ainda mais o contingente disponível. Após esse longo período de campanhas, a saúde dos soldados também foi gravemente afetada. A permanência em regiões relativamente saudáveis não impediu que, ao chegarem à Apúlia, em uma estação outonal, os soldados sofressem um surto de doenças, agravado pelo clima da região de Brundísio. Esses fatores cumulativos, acrescidos às baixas no campo de batalha, ao desgaste físico das longas marchas e às condições sanitárias precárias, resultaram em legiões consideravelmente reduzidas, comprometendo a capacidade operacional.

Dessa maneira, os legionários tinham receio da crônica escassez de suprimentos e da dificuldade em receber os pagamentos. Nas campanhas na Península Ibérica, por exemplo, a comida era escassa e cara, e, devido à falta de trigo, frequentemente, exigia-se gado das cidades aliadas. Diante disso, César teve que se envolver diretamente na gestão das provisões, além de estabelecer acordos para atenuar a escassez de víveres. Em Apolônia, foi forçado a desviar de um confronto com Pompeu para poder deixar os soldados feridos e aprovisionar mantimentos (Caes., *B Civ.*, I, 52, 4).

Outro fator que gerava insegurança entre as tropas era a ausência de recompensas desde a travessia do Rubicão, em 49 a.C. Grande parte da disposição e do entusiasmo dos soldados em seguir César, mesmo em períodos de fome e de grandes dificuldades, baseava-se nas expectativas de benefícios econômicos prometidos durante as campanhas, aos quais acreditavam ter direito. No entanto, ao adentrarem a Península Itálica, nenhuma cidade foi saqueada, e o exército de César atacou poucas cidades na Península Ibérica e na Grécia. Além disso, o próprio César admitiu que, com frequência, não conseguia pagar seus homens. Mais tarde, na Hispânia, ele foi forçado a pedir dinheiro emprestado a seus tribunos e centuriões para remunerar as tropas (Caes., *B Civ.*, I, 39, 3). No início da Guerra Civil, os centuriões de cada legião se ofereceram para equipar um cavaleiro com suas economias pessoais, e os soldados rasos se dispuseram a servir sob seu comando, embora sem receber pagamento por um período. Suetônio (*Iul.*, 68) afirma que, durante o conflito, nenhum soldado sob o comando de César desertou, e muitos, quando capturados, preferiram a morte a servir nas fileiras de Pompeu.

César havia prometido bônus em dinheiro aos seus soldados em diversas ocasiões: na travessia do Rubicão, em Brundísio, e, novamente, pouco antes da Batalha de Farsalos. No entanto, não foi capaz de cumprir essas promessas. Essa situação contrastava com as campanhas nas Gálias, onde os soldados recebiam generosas recompensas e podiam saquear as regiões conquistadas. Após a vitória em Farsalos, as tropas esperavam que a Guerra Civil terminasse, com a desmobilização e a distribuição das recompensas prometidas, como dinheiro e terras. Contudo, César deixou a Grécia para perseguir Pompeu e, mesmo após a morte do último, as legiões encontraram dificuldades no Egito e no Ponto. Assim, em janeiro de 47 a.C., os soldados na Campânia se amotinaram, em um episódio envolvendo várias legiões. Apiano (*B Civ.*, II, 13, 94) relata que César ficou particularmente decepcionado com a X Legião, sugerindo que outras legiões também se envolveram no motim. Segundo Apiano (*B Civ.*, II, 13, 92), os soldados exigiam o pagamento das recompensas atrasadas e a desmobilização após a vitória em Farsalos, indicando que as legiões veteranas, como as IX, X, XIII e XIV, estavam à frente da revolta. Os amotinados, além de demandarem a dispensa imediata com a concessão de terras e o pagamento do soldo e bônus prometidos, usaram a posição vulnerável de César como uma tática para negociar recompensas financeiras maiores no futuro. Os legionários estavam conscientes de seu valor para o comandante e aproveitaram a oportunidade para garantir vantagens adicionais (App., *B Civ.*, II, 13, 93).

César respondeu às demandas dos amotinados, concedendo a dispensa aos veteranos que a solicitaram e prometeu que, ao retornar da África, realizaria a distribuição de terras. Ele garantiu que esses assentamentos teriam lugar em propriedades públicas ou de sua posse, evitando desapropriações que pudessem causar conflitos com os antigos proprietários. Além disso, comprometeu-se a adquirir terras, se necessário, para assegurar a estabilidade e a satisfação dos soldados (App., *B Civ.*, II, 13). Essa postura consolidou a lealdade das legiões, que, em sua maioria, seguiram César nas campanhas africanas. Embora enfrentassem dificuldades e períodos de escassez, os legionários mantinham fidelidade ao seu comandante, em parte pela confiança em suas promessas. Contudo, estavam conscientes de sua importância estratégica para o sucesso militar e usavam essa posição para negociar melhores condições. Os dois motins enfrentados por César destacam-se entre os sete episódios de insubordinação, após os quais o general conseguiu retomar o controle, contrastando com outros trinta casos semelhantes que não tiveram o mesmo desfecho (Chrissanthos, 2001, p. 68). A lealdade das tropas a César pode ser atribuída a sua reputação como comandante atento ao bem-estar de seus soldados, frequentemente cumprindo as promessas de recompensas materiais. Sob seu comando, muitos legionários viram suas condições de vida melhorarem consideravelmente. Após o

fim dos conflitos com Pompeu, César distribuiu quantias além do prometido e financiou espetáculos públicos aos cidadãos, como nos conta Apiano (*B Civ.*, II, 15, 102):

Diz-se que uma quantia de 60.500 talentos de prata foi transportada na procissão, juntamente com 2.822 coroas de ouro pesando 20.414 libras. Com essa riqueza, César realizou distribuições imediatamente após o triunfo, pagando ao exército tudo o que havia prometido e mais. Cada soldado recebeu 5.000 dracmas áticas, cada centurião o dobro, e cada tribuno de infantaria e prefeito de cavalaria quatro vezes essa soma. A cada cidadão plebeu também foi dada uma mina ática. Ele também ofereceu diversos espetáculos, incluindo apresentações com cavalos e música, um combate de soldados de infantaria, com 1.000 homens de cada lado, e uma batalha de cavalaria com 200 homens de cada lado. Houve, ainda, outro combate envolvendo cavaleiros e infantaria juntos, uma luta de elefantes, vinte contra vinte, e uma batalha naval com 4.000 remadores, onde 1.000 combatentes lutaram de cada lado. César ergueu o templo dedicado a Vênus, sua ancestral, como havia prometido antes de começar a batalha de Farsalos. Ao redor do templo, ele destinou um espaço que seria um fórum para o povo romano, não para compra e venda, mas como local de reunião para tratar de negócios públicos, semelhante às praças públicas dos persas, onde o povo se reúne para buscar justiça ou aprender as leis. Ele colocou uma bela imagem de Cleópatra ao lado da deusa, que permanece lá até hoje. César também ordenou um censo da população, e diz-se que foi constatado que havia apenas metade do número de habitantes existentes antes da guerra.

Outro fator da lealdade dos veteranos de César e, talvez, o mais importante, eram os assentamentos. Apesar de não ser possível reunir uma lista completa de suas atividades coloniais, é certo que estas foram consideráveis, envolvendo a criação de diversos assentamentos, tanto na Península Itálica quanto em territórios provinciais. César concedeu terras a seus veteranos, incluindo os das Gálias, e à plebe de Roma. Ao contrário de seus predecessores, mostrou uma significativa disposição em estabelecer colônias nas províncias ultramarinas, atitude que pode ter sido motivada pela escassez de *ager publicus* na Península Itálica e pelo desejo de evitar confiscações entre cidadãos romanos, o que poderia gerar instabilidade e conflitos. Segundo Suetônio (*Iul.*, 42), César assentou 80.000 pessoas nas províncias.⁷ Desses, Broadhead (2007) sugere que cerca de 10.000 eram veteranos das legiões de César, enquanto outros 10.000 provinham das legiões derrotadas de Pompeu, sendo realocados em colônias na Gália, África e Península Ibérica. Os demais, aproximadamente 60.000, consistiam em membros do proletariado urbano romano, assentados em províncias por motivos econômicos e sociais. Os planos de César incluíram colônias como Urso, na Península Ibérica, cujo nome completo, *Colonia Genetiva Julia Urbanorum*, indica seu propósito de abrigar a plebe urbana. Na Península

⁷ César já lidava com a questão da distribuição de terras desde o consulado de Pompeu, em 55 a.C. Nesse contexto, iniciou a formulação de suas leis agrárias, que eram voltadas para o assentamento de veteranos, e recebeu forte oposição por parte do Senado (*App.*, *B Civ.*, II, 2, 13).

Itálica, César distribuiu terras exclusivamente para veteranos, em número reduzido, provavelmente em torno de 20.000, evitando perturbar a ordem social. Ele cumpriu suas promessas aos legionários ao utilizar terras públicas ou de sua posse, sem recorrer a confiscos que pudessem gerar descontentamento entre antigos proprietários.

Ao realizar as concessões materiais e estabelecer seus veteranos nas colônias, que, como discutido, eram vistas como uma extensão do serviço militar, em troca de lealdade contínua e apoio político, César assumiu o papel de patrono dos veteranos. Isso significa que ele se tornou o patrono de um grupo de indivíduos que, após anos sob o comando do mesmo general e afastados da vida civil, haviam perdido a relação tradicional de patronato e clientela, mas ainda encontravam essa dinâmica nas relações com os generais. Embora César tenha implementado um amplo programa de distribuição de terras, sua morte, em 15 de março de 44 a.C., deixou muitos desses assentamentos inacabados. A responsabilidade de dar continuidade ao projeto recaiu sobre os triúviro Marco Antônio, Otávio e Lépido, que utilizaram os assentamentos como instrumento para consolidar o poder pessoal. Entre eles, Otávio foi o mais beneficiado pelo apoio desses veteranos, que ainda aguardavam o cumprimento das promessas de distribuição de terras.

Otávio, os veteranos e a estabilidade política

Quando Otávio soube da morte de César e da sua adoção por meio do testamento, ele estava em Apolônia, concluindo seus estudos militares. Para retornar a Roma como um cidadão público, Otávio precisava do apoio de diversos grupos. Foram os amigos e veteranos de seu tio que se uniram a ele, para o caso de haver a necessidade de enfrentar os assassinos de César e garantir a segurança do sobrinho. Além disso, Otávio logo percebeu os benefícios que esses legionários poderiam lhe oferecer no cenário político. Ao chegar em Brundísio, ele foi imediatamente recebido como filho de César e obteve o apoio daqueles que tinham afinidade com o ditador. Acerca desse contexto, Apiano (*B Civ.*, III, 2, 12) relata:

Mas os veteranos de César, que haviam sido distribuídos nas colônias, vieram de seus assentamentos para saudar o jovem. Lamentaram César, amaldiçoaram Antônio, por não ter agido contra o crime monstruoso, e disseram que o vingariam se alguém os liderasse.

Também é possível observar que os veteranos assentados nas colônias, na condição de clientes, mostravam-se dispostos a seguir Otávio, reconhecendo-o como filho de César

e, possivelmente, como seu vingador. Esse apoio se tornaria especialmente relevante nos confrontos com Marco Antônio, após a formação, em 43 a.C., do Segundo Triunvirato. Em outubro deste ano, após vários episódios de conflito, Antônio e Otávio se encontraram em uma ilha perto de Bonônia, acompanhados de suas legiões, e se uniram a Emílio Lépido, formando, nessa ocasião, uma aliança, que consolidou o Segundo Triunvirato, tendo como objetivo obter a vingança pela morte de César e a restauração da ordem na República. Em janeiro de 42 a.C., o Senado decretou a divinização de César, e Otávio passou a ser chamado de *Divus Filius*. No final do mesmo ano, Bruto e Cássio foram derrotados na dupla batalha de Filipos e, logo após, cometeram suicídio. Os sobreviventes buscaram refúgio com Sexto Pompeu, que controlava a Sicília e a Sardenha. Após a batalha, os veteranos foram dispensados e os remanescentes reorganizados em onze legiões. O Império foi, então, dividido: Antônio assumiu as províncias orientais e parte das Gálias, Lépido ficou com a África, e Otávio recebeu as províncias ocidentais e a Península Itálica, onde enfrentou o desafio de assentar os veteranos (App., *B Civ.*, V, 7, 65).

A forma mais eficaz que Otávio encontrou de demonstrar que se encarregaria de cuidar dos veteranos de César foi sua disposição em garantir o assentamento nas terras que ainda não haviam sido distribuídas após a leitura do testamento. No final de 43 a.C., após a conferência em Bonônia e a formação do Segundo Triunvirato, e com os opositores senatoriais receosos devido às listas de proscrição, Antônio, Lépido e Otávio seguiram para Roma (App., *B Civ.*, IV, 1). Com os poderes atribuídos pela *Lex Titia*, os triúnviros puderam proceder com o assentamento dos veteranos sem a intervenção do Senado. Embora César tivesse planejado o assentamento de seus veteranos das Gálias antes de sua morte, muitos recrutas de 49 a.C. e dos anos seguintes, ainda veteranos das campanhas das Guerras Civis, não haviam recebido suas terras, configurando um problema que os triúnviros precisaram resolver. Em 42 a.C., após derrotar Bruto e Cássio, em Filipos, Otávio retornou à Península Itálica com a responsabilidade de cumprir as promessas feitas aos veteranos. Em 41 a.C., ele iniciou o processo de confisco de terras em 18 cidades da região. Durante o verão desse ano, aproximadamente 46.000 veteranos foram assentados nas colônias. As cidades escolhidas para as confiscações tinham direitos romanos e não haviam demonstrado deslealdade a Roma, sendo selecionadas devido à sua riqueza e à boa qualidade de suas terras e propriedades, o que as tornava atraentes para os veteranos. Essa ação seguia a prática comum segundo a qual generais vitoriosos fundavam colônias como recompensa para suas tropas (Broadhead, 2007, p. 161).

Para ter poder de negociação com o Senado e com os próprios triúnviros, Otávio dependia dos veteranos de César, o que o levou a integrá-los em suas próprias legiões. Para assegurar esse apoio, Otávio fez diversas concessões materiais, com o intuito de

cumprir as promessas feitas a eles por seu falecido pai. Grande parte de seu discurso se concentrava em garantir que o Senado não anulasse o testamento de César, nem os seus planos de assentamento, o que representava um risco iminente, visto que alguns dos indivíduos cujas terras haviam sido confiscadas tentaram recuperá-las, aproveitando a instabilidade da República e a posição vulnerável do herdeiro de César (App., *B Civ.*, II, 3, 22).

Nesse sentido, foi com o apoio dos veteranos que Otávio conseguiu realizar os assentamentos sem precisar, contudo, da aprovação prévia do Senado. É provável que, tanto César quanto Otávio, não tenham recorrido ao *senatus consultum* para fundar colônias, mas, sim, ao *imperium* e à autoridade concedida pela *Lex Iulia Agraria* (59 a.C.) e pela *Lex Titia* (43 a.C.).⁸ No caso da *Lex Iulia*, promulgada durante seu primeiro consulado, César determinou que as melhores terras ao redor de Cápuia fossem arrendadas para fins públicos, além de concedê-las àqueles que tivessem, pelo menos, três filhos, proibindo sua alienação por 20 anos (App., *B Civ.*, II, 2). Otávio, por sua vez, com a *Lex Titia*, dispôs do direito de realizar os assentamentos em grande escala para os veteranos (App., *B Civ.*, IV, 7). As terras destinadas aos assentamentos de César foram obtidas por meio da ampliação do *ager publicus* e de aquisições. Embora César tenha iniciado a liberação dos veteranos em 47 a.C., muitos ainda não haviam sido assentados até sua morte, ocorrida em 44 a.C. Com a responsabilidade de continuar essa tarefa, Otávio implementou um confisco em larga escala, o que acelerou o processo. Após a vitória na Batalha de Ácio, em 31 a.C.,⁹ Otávio enfrentou problemas semelhantes aos de César, com veteranos ainda aguardando suas terras. No inverno de 30-29 a.C., ele retornou à Península Itálica para acalmar os veteranos inquietos. Para resolver a situação, Otávio utilizou o confisco e a compra compulsória, reduzindo o tempo de espera, além de instituir um sistema de pesquisa e demarcação de terras, o *centuriation*, para organizar os assentamentos. Comissários supervisionavam a medição e a distribuição dos territórios, verificando os termos de posse, ouvindo reivindicações de isenção e realizando compras ou trocas de propriedades (Keppie, 1983).

⁸ A *Lex Titia*, aprovada em novembro de 43 a.C., instituiu o Segundo Triunvirato, composto por Lépido, Antônio e Otávio, conferindo-lhes poderes semelhantes aos dos cônsules, mas com prerrogativas mais amplas. Essa mudança criou uma estrutura de governo na qual o Segundo Triunvirato passou a ser a principal autoridade de Roma. Inicialmente, os triúmviros combateram conjuntamente os assassinos de César, mas, com o tempo, as rivalidades entre Antônio e Otávio resultaram na derrota de Antônio na Batalha de Ácio, em 31 a.C. (Pina Polo, 2020, p. 14).

⁹ A Batalha de Ácio, ocorrida em 31 a.C., foi o confronto decisivo entre as forças de Otávio e Marco Antônio, aliado a Cleópatra. Após a declaração de guerra do Senado contra Cleópatra, Otávio cercou a frota de Antônio no Golfo de Ambrácia. Antônio tentou reagir, mas perdeu a maior parte de sua frota. Após a rendição de suas tropas, Antônio e Cleópatra fugiram para o Egito, onde se suicidaram, ao que tudo indica, devido à aproximação de Otávio (Keppie, 1998, p. 111-112).

Um dos principais motivos que levaram os triúnviros a se empenharem tanto na criação de colônias na Península Itálica foi o desejo de conquistar o favor dos legionários, aos quais haviam sido prometidas as melhores terras como recompensa por seus serviços. Além de beneficiar os soldados, Antônio e Otávio, como patronos das colônias, podiam recrutar tropas entre os colonos e contar com o apoio deles, conforme começavam a se envolver em conflitos entre si (Coles, 2020). Augusto, em sua *Res Gestae* (28), afirma que, por meio da distribuição de terras, foi capaz de assentar mais de 300.000 veteranos em novas colônias ou conceder-lhes presentes em dinheiro por seus serviços nas legiões. Para isso, ele fundou colônias em diversas regiões, como na África, Sicília, Macedônia, Hispânia, Grécia, Ásia, Síria, Gália Narbonense, Pisídia, além de 28 colônias na Península Itálica.

Os assentamentos promovidos por Otávio refletem uma estratégia planejada para garantir lealdade e promover a estabilidade social. As terras distribuídas não apenas serviam como uma forma de recompensa aos soldados pelos seus serviços, mas, também, desempenhavam um papel fundamental na consolidação do poder de Otávio e na estabilização de setores sociais potencialmente conflituosos. Keppie (1983, p. 113) argumenta que Augusto se posicionou como patrono dessas colônias e de seus veteranos, especialmente com base em inscrições relacionadas a duas colônias, *Firmum* e *Iader*, na Dalmácia, que conferem a Augusto o título de patrono, ao referirem-se a ele como “pai da colônia” (*parens coloniae*). Em Bonônia, sua designação era simplesmente como pai (*parens*), o que reforçava a ideia de que o imperador era um patrono vitalício dos veteranos daquela colônia. Augusto também fazia questão de demonstrar seu compromisso com o bem-estar contínuo das colônias, reforçando essa ideia de patronato e clientela (RG, 28).

Para garantir o apoio dos veteranos de César, que estavam divididos entre se aliar a Marco Antônio ou a Otávio, este último adotou estratégias pouco convencionais para solidificar seu exército. Uma dessas estratégias foi oferecer recompensas superiores às prometidas pelos comandantes adversários, o que incentivou a deserção dos legionários de Marco Antônio em direção às suas próprias legiões. Nos meses seguintes à morte de César, enquanto Otávio e Antônio disputavam apoio e domínio em Roma, o relacionamento entre os triúnviros se deteriorou, tornando cada vez mais evidente que o conflito aberto se aproximava. Em outubro, após romper com Antônio, Otávio começou a formar uma legião composta por veteranos desmobilizados da Itália Central, prometendo, a cada homem, uma gratificação em dinheiro, o que seria equivalente a dois anos de soldo. Essa ação era irregular e contrária à tradição militar, pois os combatentes eram convocados apenas com

autorização do Senado, após prestarem o *sacramentum*.¹⁰ Contudo, Otávio recrutou os soldados de uma guarda privada, o que impediu a intervenção do Senado, já que esses homens, em última instância, eram mercenários (App., *B Civ.*, III, 6, 40). O próximo passo de Otávio foi enfraquecer a disciplina das legiões de Antônio, estacionadas perto de Brundísio, por meio de propaganda e suborno, com o objetivo de dificultar a situação do seu adversário e persuadir os soldados a mudarem de lealdade. Seus agentes espalharam entre os veteranos a ideia de que Antônio tinha sido leniente com os assassinos de César e que, agora, estava impedindo os esforços de Otávio, herdeiro do ditador, para vingar sua morte (App., *B Civ.*, III, 5, 31). Otávio foi informado, por meio de seus emissários, que o exército em Brundísio e os veteranos recém-assentados estavam descontentes com Antônio, tendo se amotinado devido à sua aparente negligência em vingar a morte de César. A indignação com Antônio levou os soldados a se mostrarem dispostos a apoiar Otávio, caso ele buscasse vingança. Para conter a insubordinação, Antônio foi a Brundísio tentar reafirmar sua autoridade e evitar o motim (App., *B Civ.*, III, 6, 40). Como consequência, Otávio também enfrentou dificuldades ao tentar mobilizar seus soldados contra os de Antônio, pois muitos estavam relutantes em lutar contra alguém que havia sido seu general e que, agora, era cônsul (App., *B Civ.*, III, 6).¹¹

A partir desse episódio, Otávio buscou a legitimidade de uma magistratura que dispunha de *imperium* para poder dar garantias às suas tropas. Para tal, novamente utilizou o apoio de seus veteranos, aproveitando de suas legiões para conquistar vantagens, tanto contra seus inimigos quanto contra o próprio Senado. Após a campanha de Mutina, em 43 a.C., Marco Antônio sitiou a cidade onde Décimo Bruto, um dos assassinos de César, estava com suas forças fortemente posicionadas. Diante da ameaça crescente de Antônio, o Senado, temeroso de seu poder, enviou os cônsules Hirtio e Pansa, juntamente com Otávio, para romper o cerco. No dia 21 de abril de 43 a.C., Antônio atacou, mas foi derrotado pelas forças combinadas de Hirtio e Otávio. Durante o confronto, Hirtio foi morto, e Pansa sucumbiu aos ferimentos recebidos em uma batalha anterior (Suet., *Divus Augustus*, 11). Apesar da derrota e da morte dos cônsules, Antônio conseguiu escapar para o norte da Península Itálica com uma parte de suas forças. Com a vitória em Mutina, Otávio acreditava que o Senado lhe concederia o direito de disputar o consulado, mas

¹⁰ O *sacramentum* representava o juramento de fidelidade militar do exército romano, particularmente no período imperial. Embora tenha surgido na República, esse compromisso obrigava os soldados a acatarem as ordens dos cônsules, combaterem e permanecerem fiéis às suas funções. Durante o Império, o *sacramentum* se transformou em um juramento direcionado unicamente ao imperador, reforçando sua posição de autoridade (Hebblewhite, 2016, p. 121).

¹¹ É possível que os veteranos temessem entrar em conflito contra Marco Antônio e perder seus direitos aos assentamentos, já que, em 43 a.C., Otávio ainda não havia conquistado o consulado e, portanto, não possuía *imperium* para implementar suas exigências.

suas expectativas não foram atendidas. Isso o levou a incitar seus legionários contra Roma (App., *B Civ.*, III, 12, 88). Em julho do mesmo ano, essa estratégia culminou na marcha de suas legiões sobre a cidade, o que resultou na concessão do consulado. Naquele momento, os veteranos se recusaram a negociar com os senadores, a menos que Otávio estivesse presente, o que deixou clara a lealdade deles para com seu general. Como cônsul, Otávio foi capaz de promulgar diversas medidas, incluindo a ratificação de sua adoção por César e a garantia de benefícios adicionais para suas tropas (App., *B Civ.*, III, 12, 86).

Ao ocupar uma importante magistratura, Otávio angariou mais recursos para confrontar Marco Antônio e Lépido. Ele retomou sua estratégia de oferecer maiores benefícios e recompensas aos legionários com o intuito de enfraquecer as legiões de Lépido. A partir de 38 a.C., Sexto Pompeu controlava a Sicília e as rotas marítimas do Mediterrâneo, o que representava uma ameaça. Para enfrentar Pompeu, Otávio, com o apoio de Agripa, iniciou um programa de construção de portos e treinamento naval, o que culminou em uma campanha bem-sucedida em 36 a.C. No entanto, a tentativa de Lépido de expandir sua influência territorial e ocupar áreas que Otávio considerava suas, gerou uma nova crise. Otávio interpretou as ações de Lépido como uma ameaça direta ao seu poder, o que agravou as tensões dentro do Segundo Triunvirato (App., *B Civ.*, V, 11, 97). Otávio aproximou seus acampamentos dos de Lépido, na intenção de infiltrar agentes, com o objetivo de conquistar a lealdade dos legionários (App., *B Civ.*, V, 13, 124). Apesar dos grandes números de deserções das tropas de Lépido, Otávio logo enfrentou um motim em seu próprio exército, então estacionado na Sicília. O descontentamento era generalizado, afetando tanto soldados quanto oficiais de baixa patente. A principal exigência dos amotinados era a concessão de um bônus semelhante ao que haviam recebido após a batalha de Filipos, além da liberação imediata dos soldados que já haviam cumprido seu tempo de serviço. Conforme relata Apiano (*B Civ.*, V, 13), Otávio foi forçado a ceder às exigências de suas tropas, atendendo às reivindicações dos veteranos, uma vez que os legionários não acreditavam que ele tivesse uma forma eficaz de puni-los (*B Civ.*, V, 13, 128). Mais uma vez, Otávio precisou fazer concessões aos seus legionários.

Consciente de que os veteranos de César o seguiam em troca da promessa de assentamentos e benefícios materiais, e que a lealdade de seu próprio exército era garantida por pagamentos periódicos e grandes ganhos provenientes de saques, Otávio, na condição de Augusto, dismantelou o sistema que permitia aos líderes republicanos conquistar o apoio dos veteranos e concentrar novamente o poder. Dessa maneira, Augusto procurou enfraquecer o poder pessoal de outros generais e reduzir a politização das tropas veteranas. Suas reformas militares foram estruturadas para centralizar toda a

lealdade das tropas em sua figura. Ele padronizou os salários e benefícios, estabelecendo a duração do serviço e as recompensas conforme o posto de cada soldado, com o objetivo de evitar revoltas após a desmobilização, especialmente por motivos de idade avançada ou pobreza. Para garantir os recursos necessários para sustentar os soldados e pagar as recompensas aos veteranos, Augusto criou um tesouro militar, financiado por novos impostos e por sua própria fortuna (RG, 17). Por fim, promulgou uma série de leis entre 13 a.C. e 6 d.C., que estabeleciam o valor dos pagamentos e a duração do serviço, tendo sido fixados 12 anos para os pretorianos e 16 anos para os legionários. O efeito dessas reformas foi a transformação do exército romano em uma força permanente e profissional, substituindo os recrutamentos temporários da República por uma estrutura organizacional capaz de atender com mais eficiência às demandas do Império.

Considerações finais

O período final da República foi profundamente marcado pela transformação das relações entre os comandantes e suas tropas, com o surgimento de um exército profissional e de veteranos que formaram um grupo decisivo nas dinâmicas políticas e militares. Esses soldados experientes constituíram uma força significativa, cujas demandas por recompensas, como terras e compensações financeiras, transformaram-nos em um elemento essencial para qualquer líder que buscasse consolidar seu poder. Júlio César, como político e general habilidoso, estabeleceu uma relação de patronato coletivo com seus legionários, prometendo-lhes benefícios materiais e cumprindo essas promessas por meio do assentamento em colônias e da distribuição de dinheiro. Essa relação mútua de benefícios assegurou a fidelidade das tropas, mesmo em campanhas prolongadas e durante crises e motins. Após sua morte, em 44 a.C., Otávio rapidamente reconheceu a importância de replicar essa estratégia, mobilizando os veteranos de César, garantindo-lhes terras e recompensas, e promovendo políticas que visavam ao bem-estar dos soldados e suas famílias. A relação de patronato e clientela desenvolvida por César e Otávio não apenas garantiu a lealdade dos veteranos, como também alterou as estruturas tradicionais republicanas, centralizando o poder nos generais. Os assentamentos distribuídos por todo o território romano funcionaram como pontos estratégicos de controle político e influência, reforçando a autoridade dos líderes sobre as legiões. Dessa forma, os veteranos emergiram como um grupo cujas expectativas de recompensas e estabilidade promoveram transformações sociais e políticas que colaboraram com a crise republicana e a consolidação do Principado. Sob Otávio, essa dinâmica solidificou-se com

reformas militares, transferindo a lealdade dos legionários para a figura do imperador e criando as bases para a estabilidade de seu governo.

Referências

Documentação textual

- APPIAN. *Roman History: The Civil Wars, Book II*. Translated by Horace White. Cambridge: Harvard University, 1964.
- APPIAN. *Roman History: The Civil Wars, Book III*. Translated by Horace White. Cambridge: Harvard University, 1964.
- AUGUSTO. *Res Gestae Divi Augusti*. Tradução e comentários de G. D. Leoni. São Paulo: Nobel, 1959.
- AUGUSTUS. *Res Gestae Divi Augusti*. Introduction and commentary by P. A. Brunt and J. M. Moore. Oxford: Oxford University, 1967.
- AUGUSTUS. *Res Gestae Divi Augusti*. Translation and commentary by Alison E. Cooley. New York: Cambridge University, 2009.
- CÉSAR. *Bellvm Civile*. Tradução de Antônio da Silveira Mendonça. São Paulo: Estação Liberdade, 2019.
- SUETÔNIO. *A vida dos doze Césares*. Tradução de Guilherme Rodrigues. Lisboa: João Romano Torres & C., [19-?].
- SUETONIUS. *The Twelve Caesars*. Translated by Robert Graves, revision by Michael Grant. London: Penguin, 1989.

Obras de apoio

- BRICE, L. L. Disciplining Octavian: a case study of Roman military culture (44-30 BCE). In: LEE, W. E. (ed.). *Warfare and culture in World History*. New York: New York University, 2020, p. 44-71.
- BROADHEAD, W. Colonization, land distribution, and Veteran settlement. In: ERDKAMP, P. (ed.). *A Companion to the Roman army*. Malden: Blackwell, 2007, p. 148-163.
- CAGNIART, P. F. L. Cornelius Sulla in the Nineties: a Reassessment. *Latomus*, v. 50, n. 2, p. 285-303, 1991.
- CAGNIART, P. The Late Republican army (146-30 BC). In: ERDKAMP, P. (ed.). *A Companion to the Roman army*. Malden: Blackwell, 2007, p. 80-95.
- CAMPBELL, B. *The Roman army (31 BC-AD 337)*. London: Routledge, 1994.

- CHRISSANTHOS, S. G. Caesar and the Mutiny of 47 B.C. *The Journal of Roman Studies*, v. 91, p. 63-75, 2001.
- COLES, A. J. *Roman colonies in Republic and Empire*. Boston: Brill, 2020.
- FIELDS, N. *The Roman army of the Punic Wars (264-146 BC)*. New York: Osprey, 2007.
- GOLDSWORTHY, A. *The fall of Carthage: The Punic Wars (265-146 BC)*. London: Cassell, 2003.
- HEBBLEWHITE, M. *Sacramentum militiae*: empty words in an Age of Chaos. In: ARMSTRONG, J. (ed.). *Circum Mare: themes in ancient warfare*. Boston: Brill, 2016, p. 121-142.
- HOYOS, D. Carthage in Africa and Spain (241-218). In: HOYOS, D. (ed.). *A Companion to the Punic Wars*. Malden: Wiley-Blackwell, 2011, p. 224-242.
- KEPPIE, L. *Colonization and veteran settlement in Italy (47-14 BC)*. London: British School at Rome, 1983.
- KEPPIE, L. *The making of the Roman army: from Republic to Empire*. London: Routledge, 1998.
- LIGT, L. The economy: agrarian change during the second century. In: ROSENSTEIN, N.; MORSTEIN-MARX, R. (ed.). *A Companion to the Roman Republic*. Malden: Blackwell, 2006, p. 590-605.
- PINA POLO, F. Introduction. In: PINA POLO, F. (ed.). *The Triumviral Period: Civil War, political crisis and socioeconomic transformations*. Zaragoza: Universidad de Zaragoza, 2020, p. 13-22.
- ROSELAAR, S. T. *Ager publicus*: land as a spoil of war in the Roman Republic. In: ARMSTRONG, J.; FRONDA, M. P. (ed.). *Romans at war: soldiers, citizens, and society in the Roman Republic*. Oxon: Routledge, 2020, p. 191-209.
- ROSILLO-LÓPEZ, C. *Public opinion and politics in the Late Roman Republic*. Cambridge: Cambridge University, 2017.
- WALLACE-HADRILL, A. Patronage in Roman Society: from Republic to Empire. In: WALLACE-HADRILL, A. (ed.). *Patronage in Ancient Society*. New York: Routledge, 1990, p. 63-88.